

- REQUERIMENTO      Número    /XI (    .ª)
- PERGUNTA            Número    /XI (    .ª)

Expeça-se

Publique-se

/ /

O Secretário da  
Mesa

**Assunto: Aprovação de empréstimo bancário para a concretização do plano de recuperação do grupo Alisuper/Alicoop, distrito de Faro**

**Destinatário: Ministério da Economia, do Desenvolvimento e da Inovação**

*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República*

O adiamento da resposta da Caixa Geral de Depósitos aos expectáveis compromissos financeiros para salvar a Alicoop levou hoje à suspensão de 380 contratos de trabalho, numa região assolada pelo desemprego.

No âmbito do processo de insolvência da Alicoop, iniciado em Agosto de 2009, foi elaborado um plano de recuperação, traçado para 16 anos, que prevê a injeção de 5,5 milhões de euros para o pagamento das dívidas aos fornecedores, bem como a modernização dos estabelecimentos, a aquisição de mercadoria e o relançamento da actividade. O estudo elaborado, a pedido dos credores, pela consultora internacional Delloite prevê que, no final do plano de recuperação económica da Alicoop, os capitais próprios da empresa podem ascender a 140 milhões de euros, plano que garante ainda um acréscimo dos postos de trabalho.

Para a concretização do plano, o aval da Caixa Geral de Depósitos de um empréstimo de 1,2 milhões de euros é determinante.

Se bem que o Bloco de Esquerda tenha informalmente conhecimento de eventuais de contactos entre o Governo e a Administração da CGD, de molde a activar um fundo especial, a verdade é que os atrasos consecutivos têm um único resultado: a morte lenta do grupo Alisuper/Alicoop, a suspensão de 380 postos de trabalho, o fecho das lojas, a impossibilidade de pagar as rendas e a perda das lojas, mesmo se alguma solução vier, ainda, a ser encontrada.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Economia, do Desenvolvimento e da Inovação, as seguintes perguntas:

1. Está o Exmo. Senhor Ministro em condições de confirmar os contactos promovidos entre Governo e responsáveis da Caixa Geral de Depósitos a fim de viabilizar a recuperação do Grupo?
2. Em caso de confirmação, que mecanismos serão activados e qual o seu prazo de aplicação, num quadro em que a incapacidade de resposta atempada da instituição financeira com responsabilidades públicas conduziu à suspensão de 380 contratos de trabalho e à paralisação da actividade do Grupo?
3. Pode o Exmo. Senhor Ministro afiançar que esta política de adiamentos sucessivos e de respostas vagas não visa, intencionalmente, a “morte lenta” deste projecto tão importante para a economia da região?

Palácio de São Bento, 19 de Fevereiro de 2010

**A Deputada**

**Cecília Honório**